

ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS (CT/SIOPS).

Às 9h20 do dia 03 de dezembro de 2013, na sala 479 (sala de reunião do DESID), localizada no Edifício Anexo do Ministério da Saúde, Anexo B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – CT/SIOPS (lista de presença anexa), sob a coordenação da Sra. Luciene Maria Leite de Lira, Técnica Especializada da equipe responsável pelo SIOPS da Coordenação-Geral de Economia da Saúde do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (SIOPS/CGES/DESID/SE/MS).

Procedeu-se a entrega do material de apoio composto de: a) Pauta da 77ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 76ª Reunião da CT/SIOPS; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2000 a 2012, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios; e 1º ao 4º Bimestre de 2013 dos estados e 1º ao 5º Bimestre dos municípios; d) Proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias da CT/SIOPS para o ano de 2014; e) Nota Técnica nº 130/2013/DESID/SE/MS, de 26/11/2013, sobre a interoperação entre o SIOPS e o CAUC; e f) Material utilizado em apresentação sobre o Módulo de Monitoramento das Transferências Constitucionais Condicionadas e Suspensas do SIOPS, em PowerPoint.

Com a palavra, a Coordenadora substituta da CT/SIOPS, Sra. Luciene Lira, abriu os trabalhos justificando a ausência da Sra. Fabiola Vieira, Coordenadora-Geral da CGES/DESID/SE/MS. Em seguida, informou sobre a transição na Coordenação do SIOPS, apresentando a nova coordenadora, Sra. Maria Eridan Pimenta Neta, administradora, aprovada em processo seletivo para o cargo de Coordenadora do SIOPS. Ato seguinte, solicitou a apresentação dos participantes e pôs em discussão e aprovação a Ata da 76ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, ocorrida em 01/10/13, submetida previamente à análise dos membros da CT/SIOPS. Ao final, a Ata foi aprovada em todos os seus termos.

Ponto de Pauta: Calendário de Reuniões Ordinárias 2014.

A Coordenadora apresentou proposta de Calendário das Reuniões Ordinárias, respeitada a sistemática adotada nos últimos anos, primeira terça-feira dos meses pares, referenciando as datas de 04/02, 01/04, 03/06, 05/08, 07/10 e 02/12/2014. Após análise e debates, o calendário foi aprovado, ressalvada a possibilidade de rever a reunião agendada para 03/06, diante do possível choque de agenda com o Congresso do CONASEMS e por ser mês da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, devendo a data ser confirmada na reunião de abril.

Ponto de Pauta: Apresentação do Fluxo do Módulo de Monitoramento das Transferências Constitucionais Condicionadas e Suspensas do SIOPS (MMCT).

Inicialmente, a Coordenadora Substituta informou que o desenvolvimento do MMCT estaria 85% concluído e passou a palavra ao representante do DATASUS, Sr. Luiz Veiga, para apresentação do módulo. Ato contínuo, passou-se à apresentação em PowerPoint, tratando dos avanços e desafios enfrentados no desenvolvimento do módulo. Na sequência, o Sr. Luiz Veiga explicou que o conceito de “transmissão” mudou, uma vez que a conclusão do procedimento passa a se dar com a “homologação” dos dados pelo gestor do SUS, previamente carregados no SIOPS, com o uso do certificado digital. Apresentou, ainda, o fluxo dos procedimentos no sistema, situações sobre a homologação e não homologação dos dados, o não cumprimento dos percentuais mínimos, as possíveis penalidades e resoluções das penalidades. Por fim, informou que o módulo irá interoperar com o Banco do Brasil, na condição de agente financeiro da União, gerando relatórios com

demonstração do montante que deixou de ser aplicado em exercícios anteriores e os valores processados a cada decêndio, quando do condicionamento das transferências constitucionais diretamente à conta vinculada do fundo de saúde local; incluindo dados de retransmissão e os registrados pelos Tribunais de Contas. Os participantes Sérgio Piola, representante da ABRES, Carla Tardivo, consultora técnica do DESID, Luciene Lira e Ana Paula, equipe técnica do SIOPS, Ronaldo Oliveira, do DATASUS/RJ e Blenda Pereira, representante do CONASEMS fizeram considerações e debateram o assunto.

Ponto de Pauta: Interoperação entre SIOPS e CAUC.

Com a palavra, a Coordenadora Substituta informou que a STN/MF manifestou-se por meio da Nota Técnica nº 726/2013, que trata da interoperação entre o CAUC e o SIOPS, material analisado e objeto de resposta formal do DESID. Em seguida, passou a palavra a Sra. Carla Tardivo, que resumiu a proposta da STN, que consistia em fazer com que o SIOPS repassasse tão somente a informação de “Sim” ou “Não”, em relação ao alcance do percentual, imputando ao SIOPS a condição de órgão certificador, contrariando a legislação vigente. Explicou que o posicionamento do DESID/SE/MS, divergia do expressado pela STN, razão pela qual foi necessária a realização de reuniões e a elaboração de duas notas técnicas, de forma a firmar consenso entre os partícipes do processo, no tocante aos dados que comporão as informações disponibilizadas, via Webservice, pelo SIOPS ao CAUC. Na sequência, foi explicitado que a Nota Técnica, da lavra do Departamento, abordou a não validação, pelo SIOPS, dos dados declarados pelos entes Federados; reforçou a ideia de que o SIOPS não é certificador dos dados declarados pelo gestor do SUS; retifica as datas informadas dos procedimentos, e faz esclarecimentos relativos ao percentual maior do que exigido na lei complementar, no caso de dispositivo existente na Lei Orgânica Municipal ou Constituição Estadual; retrata a situação específica do Distrito Federal, com aplicações mínimas, como estado e como município. Suscita, por fim, a necessidade de prever a situação em que o ente demonstre a efetiva aplicação do montante que deixou de ser aplicado em exercícios anteriores, que foi objeto do condicionamento. Estas informações serão disponibilizadas ao CAUC, de forma a compor o demonstrativo gerado pelo CAUC.

Ponto de Pauta: Situação de entrega da União, dos estados e dos municípios.

Quanto a União, a Coordenadora Substituta informou que já estão disponíveis na base do SIOPS os dados referentes ao ano de 2012 e que o sistema do 1º Bimestre de 2013 foi disponibilizado; que os dados já haviam sido pré-carregados pela STN/MF e que estavam sendo analisados pela SPO/SE/MS, para então serem transmitidos e homologados. Oportunamente, mencionou que a minuta de Portaria Interministerial MS/MF, sobre a interoperação dos dados da STN com o SIOPS, que estava sobre o crivo da CONJUR/MS, cria rotinas de envio dos dados ao SIOPS e seus respectivos prazos pela STN/MF. Que os sistemas da União até o 3º bimestre já estavam disponibilizados, dependendo da conclusão dos ajustes necessários, decorrentes dos encaminhamentos estabelecidos pela SPO/MS e STN/MF.

Quanto à situação de entrega dos estados, informou que continua a pendência do Estado de Alagoas dos períodos de 2011 e 2012, causa de preocupação, pois poderá culminar em 2014 com a suspensão das transferências constitucionais ao estado. Em relação aos 4 primeiros bimestres de 2013, informou que os Estados de SP, RS e MS homologaram os dados, e que o Estado de RO homologou os 3 primeiros bimestres, e os Estados do MA, RJ e PR homologaram 2 primeiros bimestres, sendo que os demais estados não homologaram nenhum bimestre. Com relação aos municípios, informou a situação a partir do período de 2006, pois nos anos anteriores a entrega foi de 100%; em 2012 há registro de 95% de entrega até 02/12/2013, ocorrendo indicação de 60

municípios classificados como Sem Balanço (SB). Em relação à situação de entrega dos períodos bimestrais de 2013, dos 5.570 municípios, os percentuais vão decrescendo ao longo dos bimestres, com 31,1% no 1º bimestre e apenas 6,9% no 5º bimestre. Os participantes: Carla Tardivo, consultora técnica do DESID, Blenda Pereira, representante do CONASEMS, Ana Paula e Paulo Malheiro, equipe técnica do SIOPS e a coordenadora substituta da CT/SIOPS, discutiram sobre o assunto.

Ponto de Pauta: Informes gerais

- a) Iniciativas para ampliar a divulgação da Certificação Digital** – A coordenadora Substituta informou que foram realizadas ações frequentes junto aos NEASIOPS, envio de mala direta e outros documentos aos responsáveis pelo ente Federado, além de ligações telefônicas, envio de e-mail e outros mecanismos para aumentar o número de entes com o processo de Certificação Digital concluído. Informou ainda que, foram realizadas ações junto ao CONASEMS, COSEMS, CONASS, a Associação de Prefeitos, a CIB, a CIT e a outras entidades, visando o apoio e recomendações para a realização do processo de Certificação Digital. Foi enviada solicitação formal ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para apoiar o processo junto a seus associados; bem como à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadãos/MPF. Foi realizado apoio presencial, da equipe técnica do SIOPS em quase todos os estados da Federação, por meio da participação em oficinas e/ou eventos sobre a certificação digital e operacionalização do SIOPS. Que, até a presente data, apenas 11 estados, representando 40%, estavam com o processo de certificação digital finalizado, com o financiamento pelo Ministério da Saúde. Que em relação aos municípios por estado, há uma variação de 23,17% no Estado do Goiás a 75,95% no Estado de Mato Grosso do Sul. Finalizou informando que houve problemas técnicos e que há constatação de considerável número de problemas locais o que traz certa preocupação de possíveis condicionamentos e penalidades aos entes no início de 2014, caso o quadro não sofra grande reversão. Outra preocupação mencionada foi a aproximação do termino da vigência do contrato com as empresas certificadoras, posto que, expirado o prazo, os entes terão que custear a emissão dos certificados, caso, ainda, não o tenham obtido com o financiamento pelo Ministério da Saúde. A representante do CONASEMS relatou que as principais reclamações dos municípios referem-se ao relacionamento com as empresas certificadoras, no agendamento para obtenção do certificado e a falta de estrutura dos NEASIOPS. Citou, também, a preocupação da Diretoria do CONASEMS com a situação atual de muitos municípios que ainda estão sem iniciar o processo de certificação digital. A Coordenadora Substituta informou que, atualmente, a empresa que apresenta maior número de reclamações é a Caixa Econômica, principalmente no Estado da Bahia, mas que após realização de reunião com o gestor do contrato, a Caixa deslocou um consultor para o estado no intuito de resolver os problemas reportados. Ressaltou que a maior dificuldade decorre de ato do próprio usuário que não segue todas as etapas exigidas pelo processo de Certificação Digital; que inicialmente o sistema apresentou erros esperados, sanados de imediato e que adaptações foram necessárias para atender, por exemplo, aos Certificados emitidos pela PRODEMG, certificadora contratada pelo Estado de Minas Gerais para fornecer certificados aos municípios do estado. Acrescentou que os problemas apresentados atualmente no site são provenientes de ajustes no Portal da Saúde. Por fim, ressaltou a importância do apoio da equipe técnica do SIOPS e dos NEAIOPS aos entes Federados, informando ainda que alguns Núcleos são mais estruturados e ativos, mas que a equipe do DESID deu apoio a todos os eventos realizados pelos COSEMS, CONASEMS, SES e outras entidades, e pontuou a realização do XXV Seminário Nacional dos Núcleos Estaduais de Apoio ao SIOPS (NEASIOPS) com os representantes dos Núcleos e das secretarias de fazenda, que seria realizado em Pirenópolis/GO, diante da escassez de vagas

na rede hoteleira do DF, onde haverá destaque na programação para o processo de Certificação Digital.

- b) Sistema Bimestral** – A Coordenadora Substituta informou que havia tratado dos sistemas da União, e que para os municípios estão disponíveis os sistemas do 1º, 2º, 3º, 4º e do 5º bimestres, e para os estados até o 4º bimestre. Que o 5º bimestre dos estados estava em fase de teste e ajustes para ser disponibilizado, devido à regra diferenciada do DF.
- c) Reforma Tributária e Beneficiômetro; Proposta de 10% da receita corrente bruta para a Saúde e dos 10% do PIB para a Educação; Constituição de Grupo de Trabalho para debater os temas** - O Prof. Elias Jorge relatou que o Grupo de Trabalho ainda não havia sido constituído; relatou que as alterações e os valores do PIB, na sua percepção, não demonstram a realidade nacional, podendo, inclusive haver algum erro no cálculo, possivelmente no seu parâmetro metodológico. Informou que o beneficiômetro vai espelhar o que acontece nos municípios com os recursos do sistema de proteção social. Que já fez alguns cálculos da Previdência, da Assistência Social e da Saúde, pegando somente o repasse de recursos federal e a sua distributividade, reforçando que há que se considerar o PIB em seus resultados de crescimento e de distribuição, ficando evidente que está acontecendo uma distribuição inegável resultante do sistema de proteção social. O trabalho busca demonstrar que os recursos destinados à Seguridade Social possuem uma lógica de distributividade diferente. No caso do Trabalho, Assistência Social e Previdência as pessoas recebem o dinheiro diretamente, sem interferência do estado e/ou do município. Há mais municípios recebedores, que recebem mais dinheiro, do que arrecada; outros são municípios distribuidores, que arrecada mais do que recebe.

Encerramento.

A Coordenadora Substituta deu por encerrada a 77ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, agradecendo a presença de todos e o apoio que teve durante o período que esteve à frente do SIOPS; confirmando a realização da 78ª Reunião Ordinária, prevista para ocorrer no dia 04 de fevereiro, às 9h, na sala de reuniões do DESID.